

DESENVOLVIMENTO

Deputados federais referendam, por unanimidade, projeto que amplia a área do Parque Nacional de Brasília e permite construção de pólo tecnológico. Proposta agora segue para votação no Senado

Câmara aprova Cidade Digital

RACHEL LIBRELO

DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de muita conversa, pressão e tentativas de acordo, o Projeto de Lei 4.186/2004, que amplia a área do Parque Nacional de Brasília, foi aprovado ontem por unanimidade pela Câmara dos Deputados. A decisão era fundamental para que o Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cedesse um terreno de 123 hectares à construção da Cidade Digital. A área destinada ao pólo tecnológico fica próxima à Granja do Torto. A previsão é que 2 mil empresas se instalem no local e criem entre 40 mil e 50 mil empregos (confira arte). O número de novos postos de trabalho a serem abertos com o empreendimento representa quase o total de vagas criadas entre janeiro e novembro de 2005 em todo o DF (43 mil).

Os deputados federais aprovaram uma emenda apresentada pelo relator do projeto na Câmara, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), ao substitutivo criado pelo deputado Jorge Pinheiro (PL-DF), que relatou a proposta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A última alteração excluiu do Parque Nacional áreas povoadas e terras particulares (leia quadro). A exceção foi a Fazenda Imperial, que, mesmo ocupada por um empreendimento de ecoturismo, será totalmente incorporada à reserva ecológica.

Os parlamentares decidiram a favor do relatório de Cardozo sem que o mapa da poligonal estivesse pronto e a área exata calculada. A previsão é que o parque ganhe cerca de 12 mil hectares, ao invés dos 10,8 mil previstos por Jorge Pinheiro. Isso significa que a reserva ecológica terá aproximadamente 42 mil hectares. A indefinição ocorreu porque só no final da manhã de ontem ficou acertada a proposta de Cardozo.

"Faltou a descrição técnica do acordo. Fizemos o mínimo exigido para colocar o texto em votação", explicou o autor da emenda. Ele garante que o projeto estará completo na redação final, que será encaminhada para apreciação no Senado Federal. "Vamos acompanhar essa etapa para evitar erros", disse o deputado José Roberto Arruda (PFL-DF). Na avaliação de Cardozo, o acordo manteve a proteção à parte que deve ser preservada e evitou que 400 famílias que vivem na região sejam despejadas. "Já a Fazenda Imperial será aberta ao público. Ali não pode ser uma área privada", comentou Cardozo.

Caso o projeto de ampliação do parque não fosse aprovado

ontem, a criação da Cidade Digital ficaria ameaçada porque o seu principal investidor, o Banco do Brasil (BB), desistiria de construir um centro de dados em Brasília. O banco tem até a próxima segunda-feira para anunciar o endereço do empreendimento. "A votação foi um grande passo para a construção do Data Center na Cidade Digital", afirmou o gerente-executivo de tecnologia do BB, Jesualdo Conceição da Silva. Ele espera que o projeto seja apreciado pelo Senado o mais rápido possível e que o Ibama não demore a conceder as licenças necessárias à realização das obras.

Insatisfação

Mas o órgão ambiental não ficou satisfeito com o projeto aprovado na Câmara. O desejo era que o novo desenho do parque obedecesse ao projeto apresentado inicialmente. Ele previa que 14 mil hectares seriam acrescentados à área de preservação ambiental, que hoje é de 30 mil hectares. "Não se trata de conseguir 14 mil hectares a mais ou 14 mil a menos. Trata-se de um desenho do parque necessário à proteção da área que precisa ser preservada", disse o diretor de Ecossistemas do Ibama, Valmir Ortega. Ele definiu como uma "derrota" a aprovação da emenda diferente da proposta original.

Mas, independente do tamanho da ampliação aprovada pelo Congresso, o Ibama pode obter a área que deseja com um decreto. O projeto de lei só foi necessário porque, além de incluir terras no Parque Nacional, também tinha o objetivo de desfazer alguns hectares para a construção da Cidade Digital. Ortega não adiantou se o órgão ambiental vai completar o aumento desejado depois. Ele explicou ainda que a liberação das licenças para o empreendimento à empresas de tecnologia depende da aprovação do projeto no Senado, da sanção do Presidente da República e da publicação da nova lei no *Diário Oficial da União*. O Ibama concorda que não há conflitos sobre a área para o novo pólo econômico.

A decisão dos deputados também desagradou o dono da Fazenda Imperial, Marcelo Imperial. Se prevalecer o que estipula a emenda aprovada, ele perde toda a propriedade. O local é explorado para o ecoturismo há sete anos. "Em nenhum momento pensei que pudesse ser apunhalado pelas costas. A última notícia que eu tinha era de que ficaria de fora do parque", reclamou. Se ele não convencer os senadores a alterar o projeto, vai acionar a Justiça.

COLABOROU GUILHERME QUEIROZ, DO JORNAL DO COMERCIO

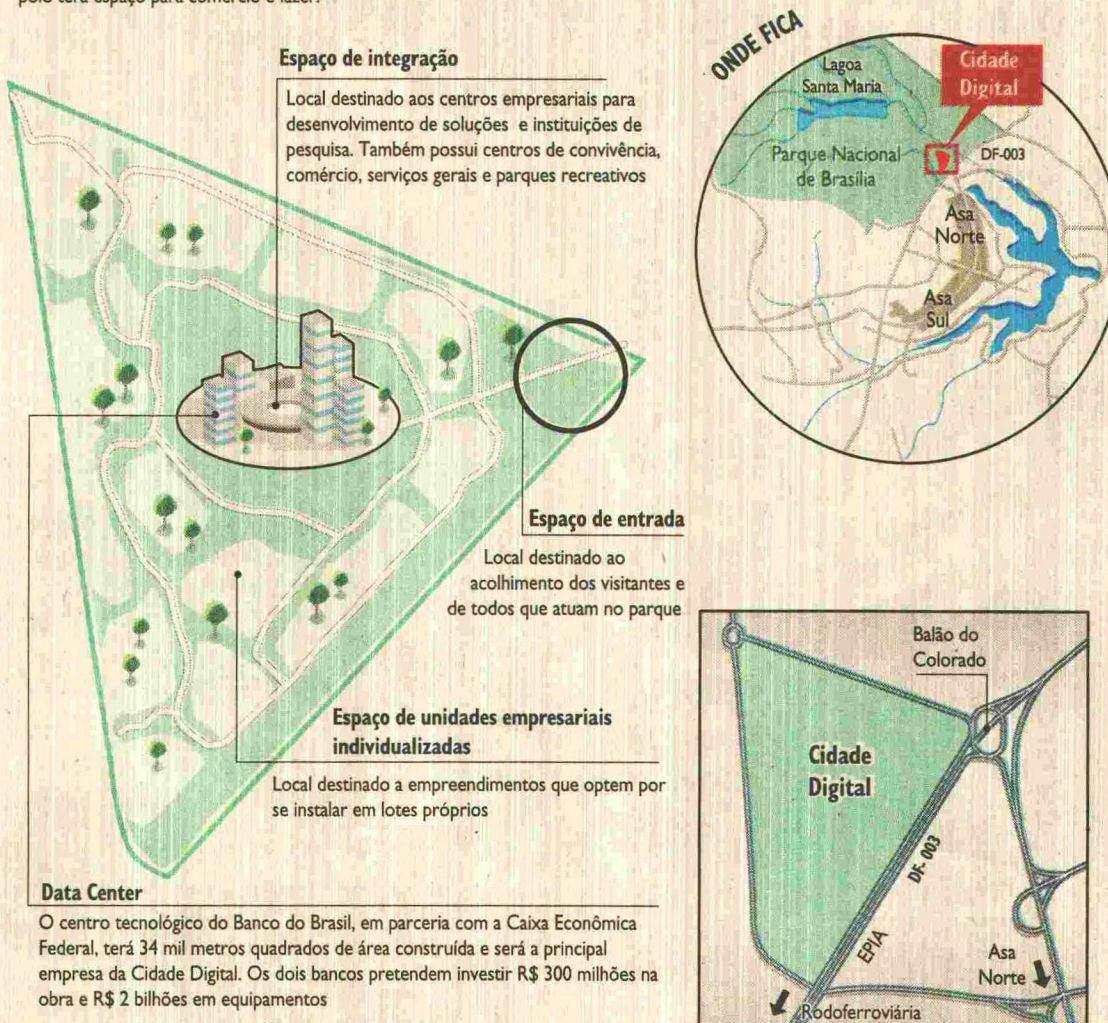
José Varella/CB



SESSÃO FOI PRESIDIDA PELO PRESIDENTE DA CASA, ALDO REBELO, ASSESSORADO POR DEPUTADOS DO DF

COMO É O PROJETO

A Cidade Digital ficará próxima ao Parque Nacional de Brasília e ocupará uma área de 123 hectares, onde serão instaladas 2 mil empresas de alta tecnologia. A previsão é de que o empreendimento crie entre 40 mil e 50 mil empregos. Além de centros empresariais, o pólo terá espaço para comércio e lazer.



Atraso na decisão

Os deputados federais da bancada do DF precisaram se esforçar para conseguir um acordo com os líderes de partido e garantir a votação do projeto que amplia o Parque Nacional. Logo pela manhã, em uma reunião no gabinete da liderança do governo na Câmara, os parlamentares tentaram chegar a um consenso para agradar também a representantes do Ibama. Mas, depois de uma hora de conversa, não houve acordo. A solução foi delegar ao relator da proposta no plenário, José Eduardo Cardozo, a missão de fazer uma nova emenda, da forma como considerasse mais adequado.

Ao meio-dia, Cardozo começou a produzir o documento. No momento em que o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), anunciou o início da ordem do dia, às 17h, Cardozo ainda não estava no plenário para apresentar a emenda final. Quando ele chegou, pediu mais tempo. Disse que era preciso apresentar o documento aos parlamentares que participaram da reunião e calcular a área a ser incorporada ao Parque Nacional. A votação foi protelada por mais de uma hora. Mas assim que Cardozo apresentou a emenda, a proposta foi votada, rapidamente e por unanimidade.

"O problema foi que o Ibama deveria ter impresso o novo mapa com a poligonal e calculado a área até as 15h. Mas não fizeram isso", criticou o deputado José Roberto Arruda. O superintendente de Ecossistemas do Ibama, Valmir Ortega, negou que o compromisso existisse. Os deputados do DF lamentaram a inclusão da Fazenda Imperial no parque. Pelo projeto de Jorge Pinheiro, somente dois dos quatro hectares da propriedade seriam incorporados à reserva do governo.

Busca de apoio

Depois de pedir apoio ao presidente da Câmara para a votação do projeto de ampliação do Parque Nacional de Brasília, o governador Joaquim Roriz pretende repetir o gesto com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDF/AL). "Ele vai ligar para ele (Calheiros) e, se for o caso, vai até lá pessoalmente", disse o porta-voz do GDF, Paulo Forna. Existem 12 itens na pauta de votação do Senado. Como o Congresso está funcionando em convocação ordinária, todos os projetos ganham urgência. Roriz afirmou que a possibilidade de construir a Cidade Digital é uma vitória da comunidade que vai gerar muitos empregos para o futuro. "O governador agradeceu a bancada do DF", acrescentou o porta-voz. (RL)